



Expulsão das FA ?

Poder Popular



editorial

A proibição totalmente arbitrária pelas autoridades civis e militares das comemorações do 11 de Março, que uma ampla Comissão de Unidade de Ex-Militares contra o Fascismo (a que aderiram destacados civis companheiros de luta antifascista) convocara, é bem significativa da orientação que o Governo do dr. Soares prossegue e das pressões que a direita militar exerce.

Importa, por isso, retirar ensinamentos destes factos para fortalecer a acção unitária antifascista e anti-imperialista e prosseguir com redobrado vigor a denúncia e a agitação contra a política de recuperação capitalista e a ingerência do imperialismo no nosso país.

O primeiro ensinamento a retirar é o de que a **direita militar teme profundamente** toda e qualquer comemoração popular dos momentos mais importantes do processo revolucionário do 25 de Abril, dos grandes avanços e conquistas populares e revolucionárias.

O 11 de Março de 1975 não é data morta que se evoque com discursos solenes e vazios ou comemorações «cívicas» ao gosto da burguesia e dos reacçãoários. O 11 de Março é jornada de luta e mobilização do povo trabalhador para o combate frontal ao renascimento do fascismo nas Forças Armadas e da actividade terrorista, e sobretudo para a defesa das grandes conquistas que se lhe seguiram: as Nacionalizações, o Controlo Operário, a Reforma Agrária!

Assim mesmo o entendeu a Comissão de Unidade dos Ex-Militares contra o Fascismo que, tanto na romagem ao Ralis como na explicação sobre a proibição do Comício de sexta-feira passada, anunciou a sua **determinação em manter a convocação** do comício proibido para nova data.

O segundo ensinamento a retirar é o de que não se pode defender a democracia e a liberdade conduzindo uma política de cedências, alianças ou conciliação com as forças **mais reacçãoárias do capitalismo** apostadas na restauração integral dos privilégios atingidos.

Continua na pag. 8



capitães de abril suspensos! direita militar ataca CR cala o povo não consentirá!

Trinta e dois militares dos mais destacados no arranque para a madrugada libertadora do 25 de Abril foram suspensos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. E porquê?

A resposta é simples de dar pois quem é atingido por esta medida é o camarada General Otelo, o ex-comandante da Região Militar do Norte, major Corvacho, os majores Andrada, Tomé e Cuco Rosa da P. M., o major Queirós de Azevedo da E. P. A. M., major Borrega do R. A. C. o capitão Cabral e Silva do Regimento de Engenharia 1 da Pontinha, o cap. Belo de Beirolas, o cap. Dinis de Almeida do Ralis, o cap. Luz do Forte Almada entre outros destacados oficiais progressistas que tornaram palavra de ordem central da vida das suas unidades **pôr os soldados sempre, sempre ao lado do povo.**

Estes 32 militares vão ser enviados ao Conselho Superior de Disciplina, acusados de «falta de idoneidade e incompetência» (como aplicar isso ao cérebro da acção militar que derrubou o regime fascista?) e incorrer na pena de expulsão das Forças Armadas. Estranhamente os militares atingidos por esta medida contra-revolucionária são aqueles que ligados ao COPCON ou tendo subscrito o Manifesto dos 18 Oficiais Revolucionários em Novembro de 75 sempre se destacaram pela **independência das suas posições face aos partidos políticos, privilegiando a ligação às estruturas democráticas dos trabalhadores** (Comissões de Trabalhadores, Moradores, etc.) que a Constituição da República consagra como representativas do povo trabalhador.

Esta medida surge depois das declarações de Melo Antunes citadas por toda a imprensa em que discordava de que oficiais revolucionários fossem julgados por órgãos que o não eram. Que **negociatas** se ocultam então por de trás desta medida arbitrária que urge denunciar?

A resposta enérgica de todos os anti-fascistas não pode tardar. **A ilibação e total reintegração de Otelo e de todos os militares antifascistas é mais do que nunca bandeira de luta que ergueremos bem alto**, contra a escalada da direita e a política de cedências suicida que os sectores democráticos nas cúpulas político-militares parecem apostados em prosseguir!

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA



MOSCAVIDE

No caminho da construção partidária

Tal como estava programado, realizou-se no sábado, dia 5, a inauguração da primeira fase das obras na sede do M.E.S. em Moscavide. Na sessão de convívio que então teve lugar estiveram presentes camaradas do C.C., da D.O.R.L., assim como de outras estruturas do nosso Partido.

Na saudação que o Secretariado do Núcleo fez a todos os presentes, foi salientado o porquê da importância daquele dia. «Na história do nosso núcleo, assim como na história do nosso Partido, já tivemos grandes vitórias, assim como grandes derrotas. É pois importante que se diga que hoje estamos aqui a festejar uma vitória que, não sendo muito grande, tem para todos os que aqui trabalham diariamente um grande significado.»

Depois de abordar algumas das deficiências que afectam a actividade daquele Núcleo, tais como problemas de organização e de direcção do trabalho na zona, o liberalismo de alguns camaradas, a fraca discussão política e ideológica existente, o Secretariado concluiu:

«Mas, camaradas, vamos andando para a frente!

É este o significado preciso do dia de hoje. E porquê?

Porque temos a consciência de que não podemos resolver todos os nossos problemas de um dia para o outro, por um acto de magia, mas que a pouco e pouco, somando pequenas vitórias, iremos transformando o nosso trabalho e reforçando a nossa confiança no Partido.

Hoje estamos a festejar uma pequena vitória do nosso Núcleo, e sairemos daqui mais confiantes e com mais energias para o andarmos ainda mais para a frente, mais determinados para o combate a travar dentro e fora do Partido e do nosso próprio Núcleo.»

A terminar, o Secretariado pediu a todos os camaradas presentes que se guardasse um minuto de silêncio em memória de Eduardo Miranda, «um camarada que lutou de uma forma exemplar ao nosso lado e com o qual todos nós aprendemos, um camarada que está e estará sempre estreitamente ligado às nossas alegrias e vitórias.»

Por sua vez a D.O.R.L., na sua intervenção, depois de saudar o esforço exemplar do Núcleo de Moscavide, que «revela uma grande crença no Partido, pois quando não há crença no Partido não há espírito de iniciativa nem capacidade criadora», finalizou:

«Mas é sobretudo, camaradas, crença na vitória final da classe operária e de todo o povo trabalhador.

É sentir crescer dentro de nós uma força invencível, que há-de varrer da face da terra e exploração e a opressão.

E em suma, camaradas, acreditar na Revolução Socialista para a edificação do Comunismo!»

A jornada finalizou com uma festa de confraternização, sendo mais um contributo para solidificar os laços de amizade nascidos na luta e na partilha da esperança comum.

ARROIOS

Sessão no próximo dia 19

No dia 19 de Março faz dois anos que o MES iniciou a sua actividade organizada na zona de Arroios. Vivia-se um momento importante da luta dos trabalhadores portugueses pela sua emancipação: período pós-11 de Março em que se obtiveram importantes conquistas como as nacionalizações, as ocupações de casas, em que se defam os primeiros passos na construção da organização popular. Militantes e simpatizantes do MES estiveram profundamente empenhados nessas lutas.

Hoje, em 1977 numa situação bem diferente, em que os trabalhadores são diariamente atingidos nas suas conquistas, recordar esses acontecimentos é importante. Mas recordar para que possamos aprender com os erros do passado e prepararmos e resistência à ofensiva da burguesia e do imperialismo.

Por isso o Núcleo de Arroios do MES leva a efeito uma sessão aberta a todos os camaradas em que será feita uma evocação do 11 de Março e do período que se seguiu (com projecção de slides) e do papel do MES na construção da organização popular da zona.

— No dia 19 de Março faz dois anos que o MES iniciou a sua actividade organizada na zona de Arroios. Vivia-se um momento importante da luta dos trabalhadores portugueses pela sua emancipação: período pós-11 de Março em que se obtiveram importantes conquistas como as nacionalizações, as ocupações de casas, em que se defam os primeiros passos na construção da organização popular. Militantes e simpatizantes do MES estiveram profundamente empenhados nessas lutas.

— Hoje, em 1977 numa situação bem diferente, em que os trabalhadores são diariamente atingidos nas suas conquistas, recordar esses acontecimentos é importante. Mas recordar para que possamos aprender com os erros do passado e prepararmos e resistência à ofensiva da burguesia e do imperialismo.

— Seguir-se-á um convívio com música e petiscos.

— O Secretariado do Núcleo de Arroios do MES convida todos os camaradas simpatizantes e todos aqueles que conosco trabalham na Unidade Popular a estarem presentes nesta jornada de convívio e confraternização no dia 19 de Março, pelas 17.00 horas na nossa sede — Rua de Arroios, n.º 88 - 1.º

Agrária, os pontos que levantaram mais discussão foram: o papel dos sindicatos, a democracia nas cooperativas e o problema das desanexações, bem como o papel que o P.S. tem tomado ao pretender dividir os trabalhadores, enquanto o P.C. os tem desarmado, impedindo-os de dar qualquer resposta aos ataques que têm sofrido.

Ficou bem claro qual a posição que o M.E.S. sempre tem vindo defendendo: a organização de cooperativas contra-

ladas em todos os aspectos pelos trabalhadores, erguendo fortes uniões de cooperativas que combatam as diferenças entre estas, cimentando uma unidade de ferro entre a classe.

Nesta base se alcançará a vitória sobre o ataque à Reforma Agrária conduzido por Barreto, Portas e a CAP, consolidando as conquistas do povo trabalhador do Alentejo e preparando novos avanços, no caminho da Resistência Popular Activa contra a recuperação capitalista.



Aspecto da sessão em S. Pedro da Gafanhoeira

S. PEDRO DA GAFANHOEIRA

Sessão cultural do MES

Por iniciativa do DIC (Departamento de Intervenção nos Campos do M.E.S.) realizou-se no dia 5 de Março, em S. Pedro da Gafanhoeira (Arraiolos) uma sessão cultural e de esclarecimento político.

A sessão contou com cerca de 120 trabalhadores de S. Pedro.

A primeira parte da sessão foi preenchida com a passagem de um filme sobre a luta dos mineiros nos Estados Unidos da América. A seguir, um camarada do C.C. do M.E.S. iniciou o debate com uma análise da situação actual e

dos principais problemas que se põem neste momento aos trabalhadores, e particularmente aos trabalhadores agrícolas que há dois anos lutam nos campos por uma Reforma Agrária, contra os latifundiários e capitalistas.

Os trabalhadores, através das perguntas que dirigiram à mesa, mostraram-se particularmente interessados em serem esclarecidos sobre a desvalorização da moeda e a política do Soares e qual a posição que o M.E.S. tomava face a estes problemas.

Sobre a situação na Reforma

PORTALEGRE

Manifestação em defesa da Reforma Agrária

O Secretariado do núcleo de Portalegre do MES apoiou a convocação da manifestação em defesa da Reforma Agrária que se realizou no passado dia 5 na cidade de Portalegre. Em comunicado então emitido, a nossa posição foi claramente expressa:

O MES apoia esta manifestação porque ela surge num momento em que é preciso erguer uma barreira de luta à política de recuperação capitalista levada a cabo pelo dr. Soares (por encomenda da CIP, da CAP e do imperialismo). O

que os agrários querem — é lançar os trabalhadores no desemprego, na miséria, recuperar os latifúndios e destruir a Reforma Agrária. É isto que os capitalistas querem, provocando o desemprego, boicotando os Contratos Colectivos de Trabalho, aumentando os preços de quase todos os produtos, desvalorizando a moeda e lançando os trabalhadores na fome e na miséria.»

EM FRENTE PELA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO POPULAR NA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA!

COMISSÃO NACIONAL DO MES PARA A QUESTÃO DA MULHER

ABORTO LIVRE E GRATUITO

Tendo tomado conhecimento de um movimento unitário no sentido de pressionar a adopção pela Assembleia da República de medidas tendentes à divulgação das técnicas anticoncepcionais e à permissão do aborto livre e gratuito, a Comissão Nacional do MES para a questão da Mulher deu-lhe a sua adesão porque considera que esse combate se integra na luta global contra a exploração e a repressão das mulheres trabalhadoras e de todo o povo. Não se pode esquecer que em Portugal se fazem cerca de 600 abortos clandestinos diários, sete dos quais causam a morte da mulher.

Alerta-se, todavia, para a necessidade de explicar cuidadosamente as razões e objectivos dessa frente de luta, ligando-os sempre às razões e objectivos da luta contra o poder do capital e contra as ideias e concepções de vida reaccionárias que tentam justificá-lo — que consideram o aborto um grave crime, punível com a pena de prisão maior de 2 a 8 anos e condenam em geral as práticas anticoncepcionais.

Estes problemas são, por isso, encarados por muitos mulheres como pessoais, resolvidos secretamente e com sentimento de culpa.

Só uma profunda acção de esclarecimento em torno da situação da mulher na sociedade capitalista e um forte movimento no sentido de resolver todos os problemas que se lhe colocam, permitirá, pois, tornar o combate pela contracepção e pelo aborto aceites e assumidos pelas largas massas de mulheres exploradas que, todavia, sofrem na carne os efeitos da sua proibição.

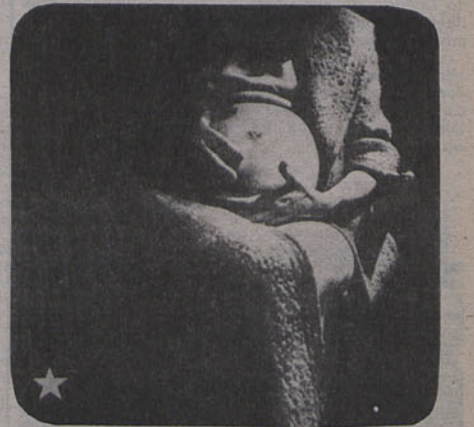
Nesse sentido, a Comissão Nacional do MES para a questão da mulher tomou pública a sua posição através do seguinte comunicado:

O MES luta por uma sociedade em que todos os trabalhadores, livres e iguais, tenham o poder de decidir, colectiva e organizadamente, o que querem produzir, e quem viver. Considera, pois, direito básico dos trabalhadores a possibilidade de escolher ter ou não ter filhos, de decidir quantos filhos querem ter, quando os querem ter!

O MES luta, portanto, contra o sistema capitalista, que força milhares e milhares de mulheres exploradas a dar à luz

crianças que não podem criar ou tê-las mortas por más condições de trabalho, de saúde e de assistência, o MES condena o sistema que força milhares de mulheres exploradas a sucessivos abortos clandestinos, que lhes afectam a saúde, lhes põem em risco a vida e a própria vida.

O MES luta contra todo este sistema que amarra as mulheres aos filhos e ao marido, com prejuízo da sua participação plena na vida em sociedade e que empurra tanto os homens



como as mulheres para cederem e compromissos, no esforço de ganhar o sustento dos filhos, quantas vezes não desejados.

O MES luta pela melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores, de modo a que possam ter, quando o quiserem, filhos que cresçam saudáveis e livres. O MES defende a ampla divulgação de técnicas contraceptivas sempre mais aperfeiçoadas.

O MES defende, enfim, o direito ao aborto livre e gratuito. O direito de dispor do

próprio corpo é condição essencial da libertação da mulher e da sua integração, a par do homem, na luta pela libertação de todos os explorados!

Por isso, a Comissão Nacional do MES para a Questão da Mulher saudou a iniciativa de propor a discussão, na Assembleia da República o reconhecimento do direito ao aborto e dá-lhe a sua plena adesão.

Lisboa, 8 de Março de 1977

A COMISSÃO NACIONAL DO MES PARA A QUESTÃO DA MULHER



ASSINATURA



Jornal Quinzenal

Sai às 5.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa Telefone 66 26 29

Composição e Impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00

12 meses 130\$00

apoio 250\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

LUTAR EM PALAVRAS CEDER NAS LUTAS

A posição dos reformistas do PCP perante o Pacto Social surge claramente ao examinarmos a atitude que tem vindo a tomar na luta pelos contratos colectivos de trabalho, que envolvem neste momento perto de um milhão de trabalhadores.

Dentro da sua política de aceitação do Pacto, desde que negociado, têm conduzido as lutas numa perspectiva de conciliação, de cedência ao patronato, evitando tanto quanto possível mobilizar os trabalhadores para o combate, não vá este ganhar uma dinâmica tal que depois lhes escape o controlo.

Para melhor mascarar o carácter conciliatório da sua orientação aos olhos dos trabalhadores, para melhor esconder a sua incapacidade em de-

finir uma tática que aponte aos exploradores e oprimidos desde País o caminho da unidade, da organização e da luta, os reformistas utilizam uma linguagem aguerrida, de ofensiva. Gritam aos quatro ventos que «há que lutar!» e ameaçam este mundo e o outro de que não se responsabilizarão pelo que possa acontecer no caso dos patrões, dos ministérios ou do diabo, não cederem.

Contudo, na prática, o seu «sentido das realidades» vem ao de cima. O que se tem vindo a passar, entre outros, nos sectores de material eléctrico e no metalúrgico exemplificam o que acabámos de afirmar.

A negociação de qualquer deles arrasta-se já há longos meses, desde antes do 25 de Novembro.

No caso dos metalúrgicos,

enquanto cede na reivindicação de seis meses nos retroactivos, a Comissão Negociadora Nacional (C. N. S.) convida para uma paralisação de duas horas a classe, com o fim de obrigar o patronato a voltar à mesa das negociações ou a forçar o Governo a intervir na resolução do conflito por via administrativa. E enquanto os patrões se agarram ao Decreto-Lei 49-A/77 (o tal do limite dos 15 por cento para os aumentos salariais), considerando a proposta da comissão sindical «uma afronta às leis vigentes», essa mesma comissão anda de bolandas de gabinete ministerial em gabinete ministerial, a ver se ao menos, por via administrativa, resolve a questão. Entretanto, os trabalhadores que esperem que a C. N. S. decida quais as formas de luta a adoptar...

A mesma demissão da luta está presente no sector do material eléctrico. Optar pela greve às horas extraordinárias é optar por uma forma de luta que não é unificadora dos trabalhadores pois nem todos os elementos da classe as fazem. Igualmente significativo é o facto de perante um processo disciplinar levantado a um delegado sindical, os plenários de trabalhadores de Lisboa, Corroios e Évora terem-se limitado a aprovar uma moção contra tal medida e exigindo que o Ministério do Trabalho tome uma posição.

É esta mesma tática que tentam aplicar nos têxteis, só que aí os revolucionários conseguiram forjar uma alternativa com suficiente peso na classe e impedir que os reformistas possam seguir a sua linha pacificamente.

METALÚRGICOS DE AVEIRO

Desmascarar a direcção sindical

Grandes e importantes tarefas se colocam aos metalúrgicos do distrito de Aveiro. O combate à direcção divisionista e anti-democrática do Sindicato e a luta pelo Contrato Colectivo são as duas tarefas centrais.

A direcção do Sindicato está desmascarada e isolada. O referendo, manobra fantoche da direcção, virou-se contra ela ao provocar uma enorme onda de repúdio na classe. Nas grandes empresas metalúrgicas do distrito, como a Molaflex, a F. Ramada, a Arsopei e outras, os trabalhadores decidiram democraticamente em plenários não permitir a realização do referendo, recusando participar num processo que nada tem a ver com a democracia operária. E em muitas outras empresas onde a votação se fez a direcção saiu em mui-

tos casos severamente derrotada.

Importa, pois, saudar esta importante vitória dos trabalhadores metalúrgicos e, em particular, o papel desempenhado pelos metalúrgicos revolucionários que estiveram na primeira linha de combate ao referendo, lançando a justa palavra de ordem NÃO AO REFERENDO, desenvolvendo ampla campanha de agitação e mobilizando a classe para plenários de empresa onde democraticamente se tomou posição. A consciência, a unidade e a combatividade dos metalúrgicos saíram assim reforçadas.

Agora, há que levar esta vitória mais longe, impondo a continuação da Assembleia de Aveiro para que se decida do futuro da actual direcção! Os revolucionários devem persistir no seu trabalho de organização, tendo em vista a mobili-

zação da classe para a luta, combatendo a conciliação e a falta de confiança nas massas que o reformismo espalha. **Perante a derrota do referendo, os revolucionários não podem parar.** Têm de ser capazes de chamar para as posições justas todos os que recusam o divisionismo e a conciliação, engrossando passo a passo a força da corrente revolucionária no Sindicato.

Os revolucionários têm uma alternativa clara para o Sindicato! É o que a prática já demonstrou: quem nas empresas desmascarou com coragem e firmeza o referendo? Quem afirmou bem alto nas Assembleias gerais que o CCT não sai dos corredores do Ministério do Trabalho, nem das moções, mas da luta dos metalúrgicos?

A Comissão Negociadora do CCT, embora hesitante e sem-

pre disposta à conciliação, chama agora os metalúrgicos à luta porque assim o impôs a classe nos plenários de norte a sul do país. Há quase dois anos que o CCT não avança, esfregando o patronato as mãos de contente ao ver os metalúrgicos perderem-se em conflitos com o M.T., em moções «e abaixo assinados. Só a luta directa contra o patronato pode arrancar o CCT cá para fora!

Unidade, organização e luta é a bandeira atrás da qual todos os explorados devem seguir, é a única que não cria falsas ilusões porque se apoia na força invencível do povo.

O fortalecimento do Movimento Sindical e, dentro deste, da corrente sindical revolucionária é condição necessária para que a Resistência Popular Activa à exploração e ao fascismo triunfe!

A SITUAÇÃO NOS SEGUROS

As Companhias de Seguros, como parte integrante dos grandes grupos financeiros, tiveram um papel semelhante e complementar ao da Banca no desenvolvimento do capitalismo embora com meios mais reduzidos — serviram de instrumento de canalização e redistribuição social de poupanças que eram necessárias à especulação bolsista e imobiliária desses grupos e ao controle de outras empresas, através do desvio para os grandes grupos/segurados de valores que retiravam a camadas sociais intermédias (seguros de natureza pessoal) e particularmente aos trabalhadores mais explorados (Acidentes de Trabalho, Terceiros), bem como de aquisição de títulos ou compra de mais empresas que fortalecessem esses grandes grupos.

É neste quadro que surge o 25 de Abril, as posteriores reivindicações de nacionalização em inícios de 1975 e as próprias nacionalizações, resultantes da força e avanço das lutas dos trabalhadores portugueses contra as estruturas do fascismo e do capitalismo nacional e internacional, a que corresponderam medidas de natureza política condizentes com a correlação de forças a nível do movimento popular em ascensão e da sua influência a nível dos centros de decisão político-militares pós 11 de Março.

Decorridos dois anos após o 15 DE MARÇO DE 1975, o saldo das nacionalizações não será famoso para os trabalhadores. A política de recuperação capitalista do Governo subterne a chantagem e a ingerência imperialista e a custa dos trabalhadores, leva à conclusão que neste momento pouco mais resta que a conquista importante da própria nacionalização, a quebra da espinha dorsal do capital financeiro, abrindo-se às perspectivas de formação de novos grandes grupos financeiros estatais a pretexto de «reabilita-

ção», «concorrência de serviços», com que se pretende concorrer com os grandes grupos financeiros europeus e americanos, para tentar manter por mais uns tempos os mecanismos da exploração capitalista. Com a formação destes grandes grupos concretizam-se os sonhos dos Melo's, Chamalimaud's, Espíritos Santos; resta aos trabalhadores em última análise lutar para que aqueles «senhores» não venham tomar conta daquilo que lentamente iam construindo e que o Governo actual projecta construir administrativamente e ao abrigo daquilo que diz ser «a vontade popular».

Aos trabalhadores de Seguros na passagem deste 2.º aniversário das nacionalizações compete não só fazer o balanço dos erros e recuos deste período, mas particularmente analisar e dar resposta clara à política de recuperação capitalista no sector, não só à sua custa mas também à custa de todos os trabalhadores portugueses. Se as nacionalizações conquistadas na luta são para defender intransigentemente, subordinadas aos objectivos definidos e assumidos pelos trabalhadores, há que combater a sua subordinação aos objectivos imperialistas que procuram até as desnacionalizações. Trata-se de tomar uma clara posição sobre se a reestruturação do sector deve estar subordinada às necessidades e exigências imperialistas ou às dos trabalhadores. Se os seguros são para continuar a explorar os trabalhadores ou para os servir.

- CONTRA A «REESTRUTURAÇÃO» E A «RECUPERAÇÃO CAPITALISTA!»
- CONTRA A INGERÊNCIA IMPERIALISTA!
- PELA DEFESA DAS NACIONALIZAÇÕES!
- PELO CONTROLE OPERÁRIO!
- UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA!

VIVA A COMUNA!

«A estroileza social-democrata apoderou-se recentemente dum terreno salutar ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. E queira saber com que é parecida esta ditadura? Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.»

F. Engels, em 1891 por ocasião do 20 aniversário da Comuna de Paris.

Paris 1871. De 18 de Março a 28 de Maio desenrola-se a última das revoluções do século XIX. A Comuna de Paris, primeira experiência histórica de exercício do poder pela classe operária.

A Comuna surge na sequência da guerra franco-alemã, desencadeada pelo ataque francês contra a Alemanha em Julho de 1870. A derrota dos exércitos franceses arrasta a queda do regime imperial de Luís Bonaparte e a República é de novo proclamada em França a 4 de Setembro, em plena guerra. A população de Paris é armada para poder resistir a um ataque alemão e encontra-se militarmente organizada nos batalhões da Guarda Nacional, forças de milícias populares cuja massa eram operários. Mas bem depressa o novo governo, burguês, mostra ter mais a classe operária do seu próprio país que o invasor alemão. Enquanto uma paz desonrosa era concluída com a Alemanha (Jane-

iro de 1871), as medidas antipopulares do novo governo, autênticas provocações aos operários de Paris, sucedem-se, entre as quais avultam as tentativas para desarmar a população de Paris. A situação ultrapassa os limites quando, de 17 para 18 de Março, o governo tenta num golpe de força apoderar-se dos canhões existentes na cidade e que haviam sido fabricados por subscrição pública dos parisienses. O regimento militar encarregado de executar essa decisão ainda inicia a sua tarefa, mas acaba por confraternizar com a população e fuzilar os generais que tinham dado ordens para atirar sobre o povo. A partir desse momento Paris organiza-se para fazer face à situação. O Comité Central da Guarda Nacional assume interinamente o governo da cidade. A 26 de Março era eleito o Conselho Geral da Comuna. Um conjunto de medidas revolucionárias virão a ser tomadas, mas, desde muito cedo, a Comuna terá que

se preocupar essencialmente com a defesa.

Sobre a cidade ir-se-á abater todo o ódio da burguesia. Reorganizadas as suas forças militares, com a chegada dos exércitos que os alemães libertam, a burguesia passa ao ataque militar contra a cidade. A Comuna virá a cair em 28 de Maio com um tor de massacres, crimes e perseguições a atestar o ódio e a crueldade da vingança de que a burguesia é capaz sempre que o proletariado ousa lutar pela sua libertação. Mas, se a Comuna sai vencedora militarmente, o seu exemplo, o seu significado, e as suas realizações passam a constituir património vivo da luta da classe operária pela sua emancipação. Da Comuna dirá Marx constituir «essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta dos produtores contra a classe dos exploradores, a forma política finalmente encontrada que permita realizar a emancipação económica do Trabalho», que demonstrava na prática que «a classe operária não pode contentar-se em apoderar-se da máquina de Estado tal como existe e faz-la funcionar por sua própria conta», que qualquer verdadeira revo-

lução popular «não deverá consistir em fazer passar a máquina burocrática e militar para outras mãos, mas em destruí-la...». Mais tarde Lenine viria a definir a Comuna de Paris como «a primeira tentativa feita pela revolução proletária para destruir a máquina de Estado burguesa», e ainda, como a forma política por fim encontrada «pela qual se pode e se deve substituir o que foi destruído».

A Comuna compunha-se dos conselheiros municipais, eleitos em sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. Eram responsáveis e revogáveis a todo o momento. A maioria dos seus membros eram operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um organismo parlamentar, mas um corpo activo, executivo e legislativo.

Entre as várias medidas revolucionárias que então tomou salientamos as seguintes: — supressão do exército permanente, e sua substituição pelo povo em armas. — a polícia foi despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e a todo o momento revogável.



— verificou-se o mesmo para os funcionários de todos os outros ramos da administração. — desde os membros da Comuna até ao fim da escala, a função pública devia ser assegurada por salários de operários. — como o resto dos funcionários públicos, magistrados e juizes deviam ser eleitos, responsáveis e revogáveis. — decretada a separação da Igreja e do Estado como meio de despedaçar o instrumento espiritual de opressão. — a totalidade dos estabelecimentos de instrução foram

abertos ao povo gratuitamente. — prorrogados aos locatários os prazos de pagamento e suspensa a venda de objectos empenhados no montepio municipal. — abolição do trabalho nocturno. — ordenado um recenseamento das fábricas paradas pelos fabricantes e a elaboração de planos para dar a gestão destas empresas aos operários que nelas trabalhavam. — todos os estrangeiros eleitos na Comuna foram confirmados nas suas funções, porque «a bandeira da Comuna é a da República universal».

GOVERNO PS-RECUAR PARA O SOCIALISMO?

«Esse desenvolvimento, num país cujo atraso se radica em razões estruturais, não pode ser feito recorrendo aos mecanismos típicos do funcionamento das economias liberais da Europa Ocidental, a não ser à custa de um forte sacrifício das classes trabalhadoras, que só é possível alcançar com uma repressão inaceitável para uma sociedade democrática.»

Programa do PS - Dez 74

Combater uma crise, desenvolver uma economia, não é nunca uma questão meramente económica.

Desenvolver que sociedade? Com que objectivo? Ao serviço de quem? Só a partir da resposta a estas perguntas pode ser definida uma estratégia.

A nível interno, a política seguida pelo Governo PS é contrária aos interesses dos trabalhadores e à marcha do País para o Socialismo.

Mas é no campo da política externa, da «opção europeia» que se desmascara com maior clareza a estratégia e o projecto político prosseguidos pelo actual Governo. Sejam quais forem os malabarismos verbais utilizados, pelos políticos do PS, torna-se difícil demonstrar que a melhor maneira de alcançar o Socialismo seja através de uma integração sem reservas na Europa Capitalista.

Aliás o próprio Programa do PS (aprovado em 74, quando as ideias ainda não estavam turvadas pelo exercício do poder) dá uma resposta clara a esta questão:

5.2.3. A médio prazo, o desenvolvimento de uma via portuguesa para o socialismo democrático determinará uma autonomia relativa crescente perante o capital monopolista europeu que sofre os efeitos da crise do modelo de acumulação capitalista à escala mundial e se encontra em processo de subordinação progressiva ao imperialismo americano.

A DEFINIÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Importante para a definição de todo o futuro modelo económico da sociedade portuguesa é a delimitação dos sectores público e privado.

Logicamente, a «opção europeia» determinou, também neste capítulo, convergência de pontos de vista do Governo PS com a direita. O projecto a discutir pela Assembleia da República é resultado de acordo entre o PS e o PPD.

Deste modo se vai consolidando uma aliança PS-PPD-CDS que ao mesmo tempo que favorece a recuperação da direita, vai enfiando o próprio PS, enredado nas contradições entre o Partido e o

Governo. (vejam-se as depurações de militantes do PS que dirigiram processos de ataque ao Governo — dirigentes do Sindicato dos Professores, da AAC, etc; vejam-se as sucessivas derrotas do PS a nível sindical e estudantil, perdendo algumas das posições mais importantes que detinha — Sindicato dos Bancários, AAC, etc.)

O ATAQUE ÀS NACIONALIZAÇÕES

O projecto acordado entre o PS e o PPD, a pretexto da «necessidade» de incentivar a iniciativa e investimento privados é, na prática, um ataque às nacionalizações. Neste aspecto é mesmo um projecto inconstitucional já que o Art.º 83.º da Constituição declara conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras «todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974».

Conforme o quadro anexo mostra, são retirados da lista dos sectores vedados à iniciativa privada as indústrias da celulose, das cervejas, dos tabacos e os transportes marítimos entre outros (cada grupo monopolista atingido pelas nacionalizações é contemplado: Melos, Champalimauds, Vinhas, etc.). Ao mesmo tempo é permitido o alargamento da gestão e administração privadas até aos transportes públicos colecti-

vos, portos e aeroportos. Deste modo, amplos e rendosos sectores da economia ficam totalmente abertos à iniciativa privada e reger-se-ão pela lei do lucro máximo. Abre-se mesmo campo a manobras especulativas e negociações chorudas como algumas que ficaram «famosas» antes do 25 de Abril. Será desta que o Caetano (filho) constrói o aeroporto de Rio Frio? E o negócio das auto-estradas?

Aliás, a entrega de milhões de contos aos grandes capitalistas como indemnizações (ou será recompensa pela fuga de capitais e pela sabotagem económica?) para que se destinará se não para lhes garantir os fundos necessários a esta operação e a esses negócios...?

É de sublinhar neste projecto, ainda mais um ponto que se liga também à actual política de dependência externa: a subordinação do esquema definido aos acordos internacionais que vierem a ser celebrados. Isto implicará previsivelmente a abertura de novos sectores ao capital privado dos países da CEE. E convém ter presente que os grandes capitalistas portugueses (Melos, Champalimauds, Bulloas, etc.) já possuem bancos e empresas «estrangeiras» que lhes permitem «entrar» por esta porta.

A terminar, uma curta nota sobre a situação em que passará a estar a banca, caso venham a realizar-se os projectos do Governo. A banca é mantida como sector público. Porém tende a ficar cercada por um conjunto de medidas que mais



Cartoon illustrating the political situation and the role of the government.

não pretendem do que coloca-la de imediato ao serviço da acumulação capitalista privada e criar as condições para a sua desnationalização a médio prazo.

Por um lado, as sociedades de investimento são de novo abertas a iniciativa privada, por outro lado, a reestruturação faz-se numa base que não desarticula os bancos que eram cabeças dos grupos económicos, antes os fortalece; finalmente, o aumento da taxa de juro, como o próprio governador do Banco de Portugal reconhece, criará as condições

para um favorecimento da banca estrangeira em relação à banca nacionalizada na concessão de empréstimos.

Este projecto de delimitação dos sectores públicos e privado é, pois, mais um ataque às conquistas dos trabalhadores, mais uma pedra, colocada pelo Governo PS no Edifício Capitalista em Reconstrução, no capitalismo de miséria que a burguesia tem para nos dar.

Isto por muito que Mário Soares se esforce a demonstrar que se trata de um recuo ... para o Socialismo ...

TEXTÊIS a luta continua

Contra os patrões exploradores, contra a política anti-operária do falso Governo Socialista, apesar das cedências e conciliações dos reformistas a luta dos trabalhadores tóxicos continua.

No sábado passado numa reunião entre a C. N. Sindical e a C. N. Patronal foi acordada a cláusula 3.ª do C. C. T. U. V. o que constituiu uma vitória importante para os trabalhadores.

Com efeito os trabalhadores impuseram aos patrões a reactividade do contrato colectivo a partir de 1 de Janeiro de 77. Ficou também assente que embora a vigência do contrato seja de 18 meses, enquanto a lei que o prescreve se mantiver, se esta for alterada a partir de 1 de Janeiro de 77, as negociações sobre o assunto. E, se mais não se conseguiu nesta campo, tal deveu-se ao facto de algumas Direcções Sindicais, não sabendo ou não

querendo interpretar a determinação e a firmeza dos trabalhadores, optaram mais uma vez pela cedência.

Outros pontos não menos importantes foram conquistados pelos trabalhadores. Assim os patrões tem de proceder ao pagamento dos retroactivos no prazo de 3 meses, foram marcadas reuniões regulares para as negociações e foi decidido, contra a anterior posição expressa da C. N. P., que os assuntos sobre os quais não se chegar a acordo serão ultrapassados sendo discutidos no fim.

Entretanto enquanto prosseguem as negociações a Direcção do Sindicato dos Textéis do Sul marcou para o próximo fim-de-semana uma Reunião Geral de Trabalhadores, onde a recusa da conciliação que conduz ao Pacto Social da miséria e do desemprego será apontada pelos revolucionários contra as conciliações reformistas.



Group of people, likely workers, gathered together.

A LEGISLAÇÃO ANTI-OPERÁRIA DO GOVERNO PROPOSTA SOBRE CT'S

A proposta de lei do governo do PS sobre a regulamentação das CT's representa mais um ataque legal ao movimento operário e popular.

— Eis os seus objectivos centrais: (I) DESMANTELAR A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AO NÍVEL DO LOCAL DE TRABALHO

Como? 1.º obrigando a novas eleições para todas as CT's debaixo dos critérios definidos na lei (art.º 34.º)

2.º limitando o número de elementos que podem integrar as CT's e as Comissões Coordenadoras. Por exemplo, à face desta lei a CT de Manuel Lopes Henriques passaria de 9 para 3 elementos! E a CT da Petrogal teria no máximo menos de metade do número de elementos necessários para nela estarem representados os vários sectores fundamentais em que se desdobra (art.º 14.º)

3.º criando a divisão no seio dos trabalhadores e da CT pela imposição da eleição por lista e da aplicação do método proporcional de Hondt para o preenchimento dos lugares na CT, isto é, trata-se do princípio bem simples de dividir para reinar: Enquanto os trabalhadores estiverem divididos na CT perderão o tempo em disputas internas e pouco ou nada farão no controle da produção e da gestão. (art.º 3.º)

4.º possibilitando ao poder político impugnar e destituir CT's ou os seus estatutos, isto é, na prática, os artigos 8.º e 12.º-3 consagram o regime da aprovação pelo poder político daquilo que só os trabalhadores compete aprovar e corrigir se for caso disso.

(II) FOMENTAR A CONCORRÊNCIA ENTRE AS CT'S E OS SINDICATOS

Como? 1.º Pelo mecanismo da intervenção das CT's na racionalização da exploração capitalista, participando na elaboração de planos para a empresa ou sector (os «contratos-programa», «contratos-progresso», ou muito simplesmente o pacto social ao nível da empresa ou sector). A proposta é cuidadosa apenas deixando aberta a via para a imposição do pacto social e este nível e não fazendo grandes alardes. O efeito disto seria a liquidação da unidade nos processos de contratação colectiva e a sua substituição por centenas de mini-contratos negociados com as CT's (art.º 17 e 28.º).

2.º Pelo mecanismo da «consulta» sobre a elaboração da legislação de trabalho, permitindo ao Governo por em pé de igualdade uma CT com o movimento sindical. Como é evidente a única posição que os revolucionários devem defender é a de que compete ao movimento operário, e dentro dele ao movimento sindical, encontrar as forças próprias de fazer ouvir a sua voz e à sua força e não a mais ninguém, pelo que devemos lutar para que todas as leis consagram o direito da necessidade da tomada de posição organizadamente pelos trabalhadores previamente à publicação de qualquer lei que lhes diga respeito, mas sem abrir qualquer espécie de favoritismo em relação aos trabalhadores. (art.º 29.º)

(III) IMPLANTAR A COLABORAÇÃO DE CLASSES E DESTRUIR O CONTROLE OPERÁRIO

Como? 1.º Vedando expressamente o acesso da CT às informações necessárias ao exercício do controle da produção e da gestão (art.º 19.º). Note-se que agora se fala que os trabalhadores não podem ir contra os legítimos interesses da empresa ou terceiros enquanto no estatuto do trabalho nacional de Salazar se falava que os interesses dos trabalhadores não se podiam sobrepor aos legítimos interesses do capital e à sua justa remuneração — a semelhança é grande e pelo menos devemos agradecer ao Governo começar a falar claro, pois se os interesses da empresa não são dos dos trabalhadores só podem ser os do capital...

2.º Definindo o controle da gestão como o processo através do qual se aumenta a produtividade (leia-se exploração) e proibindo expressamente qualquer alteração no funcionamento e orientação da gestão imposta pelo trabalhadores («... não pode entrar ou comprometer a normal actividade da empresa, nem interferir com o exercício das funções dos seus órgãos de gestão» - art.º 20.º)

3.º Impedindo o exercício do controle de gestão nas empresas com menos de 50 trabalhadores, isto é, mais de 90 por

cento das empresas e abrangendo muitas dezenas de milhares de operários (art.º 21.º)

4.º Tentando atrelar a orientação das CT's à orientação do Governo. Com efeito, o artigo 23 define como tarefas das CT's «vigiar pelo cumprimento do programa do Governo...». As CT's não são propriamente células do PS... Ridículo ou não consta da proposta de Lei!

5.º Tentando comprometer as CT's e os trabalhadores na via de pagarem a crise provocada pelos capitalistas, nomeadamente nos encerramentos e despedimentos colectivos (art.º 24.º).

6.º Relegando as tarefas do controle operário para fora do horário de trabalho (art.º 26.º), o que conjugado com a redução do número de elementos das CT's conduz à impossibilidade do controle permanente, único executivo, que se baseia na existência, pelo menos, de executivos das CT's funcionando totalmente dedicados às tarefas do controle da produção e gestão. Em contraste com isto ficam-se prazos para as solicitações às CT's (10 dias, 15 dias) que nunca poderão ser cumpridos e, acima de tudo, cortarão as CT's dos trabalhadores que as elegeram pois as suas tomadas de posição nunca poderiam ser baseadas em plênários de empresa ou mesmo numa consulta alargada.

B — SENDO ESTES OS OBJECTIVOS CENTRAIS DA PROPOSTA DE LEI COMO DEVEMOS ACTUAR EM RELAÇÃO À SUA DISCUSSÃO E QUE POSIÇÃO DEFENDER?

(I) DEFESA DA AUTONOMIA DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

1.º Só aos trabalhadores compete definir em plenário geral, coisas como:

- a) Número de elementos da CT
- b) Processo de eleição
- c) Estatutos
- d) Impugnar eleições, isto é, combater eventuais irregularidades

2.º As CT's controlam a gestão e a produção, não participam na gestão nem na elaboração de planos de reconversão, isto é, exprimem interesses antagónicos aos do capital que não são conciliáveis.

(II) DEFESA DO CONTROLE OPERÁRIO

1.º Os trabalhadores ergueram o controle da gestão e da produção contra a vontade do patronato, pelo que a Lei deve apenas consagrar esse direito conquistado, isto é, obrigar o patronato privado e os gestores das empresas nacionalizadas a aceitarem o controle dos trabalhadores.

2.º A lei deve consagrar o direito de veto das CT's sobre decisões que ataquem os interesses dos trabalhadores, tais como:

- a) Decisões que levem à diminuição dos postos de trabalho, despedimentos colectivos, etc.
- b) Investimentos e aplicação dos fundos da empresa
- c) Aumento dos ritmos e cargas de trabalho

3.º A lei deve consagrar não só a obrigatoriedade da prestação pelos órgãos de gestão de todas as informações solicitadas pelas CT's como ainda a possibilidade de, sempre que o entenderem, elementos das CT's assistirem às reuniões dos órgãos de gestão.

4.º A lei deve consagrar a possibilidade das CT's poderem utilizar os serviços e infraestruturas das empresas para o seu funcionamento (telefones, correio, fotocópias, expediente, deslocações, papel, etc.), bem como o funcionamento durante as horas de trabalho da CT e, nas empresas nacionalizadas, o funcionamento a tempo inteiro dos executivos das CT's.

(III) RECUSA GERAL DA PROPOSTA

Na base dos argumentos já apresentados, especialmente os artigos 3.º, 8.º, 12.º-3, 14.º, 15.º e 34.º devem ser frontalmente combatidos. A lei a publicar deve reafirmar os princípios constitucionais, consagrar a autonomia da organização dos trabalhadores nos termos definidos em (I) e a defesa do controle operário nos termos definidos em (II). Tem de ser vigorosamente combatida a possibilidade de o poder político impugnar e destituir CT's ou os seus estatutos, isto é, na prática os art.ºs 8.º e 12.º-3, que consagram o regime da aprovação pelo poder político daquilo que só aos trabalhadores compete aprovar e corrigir, se for caso disso.

COMBATER A NOVA "VAGA DE PREGUIÇA"

Já em 1922, a Confederação Patronal Portuguesa (associação de patrões, correspondendo à actual CIP) se queixava da «abafante vaga de preguiça» que se espalhara entre as classes trabalhadoras e isso «precisamente quando mais era necessário produzir». Procura atingir desta maneira uma das mais importantes e duras conquistas do proletariado português: a jornada das 8 horas de trabalho, consagrada na lei três anos antes.

Cinquenta e cinco anos depois, o governo do dr. Soares parece ter reconhecido a justiça destas afirmações. Dai o empenhar-se em corrigir os «maus hábitos» dos trabalhadores, adquiridos ao longo do processo revolucionário. Dai que o horário de trabalho esteja no centro das atenções dos srs. ministros. Até porque o prolongamento da jornada de trabalho tem sido, em toda a História do capitalismo, a maneira mais directa e mais simples dos capitalistas aumentarem os seus lucros. Para já não falar na vitória política que representa para o patronato o conseguir arrancar aos trabalhadores uma conquista por estes anteriormente alcançada.

Depois dos trabalhadores do Comércio, que viram a «semana inglesa» posta em causa, é agora a vez dos trabalhadores dos CTT e da Panificação. Aos primeiros, que impuseram, em 1975, a semana das 40 horas com direito a duas folgas, querem obrigá-los a trabalhar ao sábado de manhã, a uma desculpa de assim melhor servir o público. A resposta dada, que se traduziu na

quase total desobediência à directriz governamental, mostra bem da disponibilidade da classe para a luta.

Quanto aos trabalhadores da Panificação, vêm remetido para um decreto-lei de 1971 a regulamentação do seu horário de trabalho. Esse decreto, deixado às mãos completamente livres ao patronato para impôr o horário que melhor lhe convier. Não nos admiraria que um dia destes uma das «grandes cabeças» do PS viesse explicar à TV que isto há leis que estão acima das lutas de classes e logo tanto servem em 71, em pleno regime fascista, como em 77, a caminho do «socialismo».

Aliás, a importância política deste sector justificaria bem estas piruetas ideológicas. Sendo o pão um dos produtos base da alimentação do povo português, compreende-se as alterações ao estado de espírito das massas populares que traduz a alteração do seu preço, preferindo o Governo ter do seu lado o patronato para poder jogar à sua vontade.

Embora dispersos por pequenas unidades, com grande peso dos associados do patrono, os trabalhadores da Panificação já deram mostras mais de uma vez da sua combatividade. Não é, porém, com abajuros assinados que se conseguiram traduzir essa disposição em força. Organizarem-se nos seus locais de trabalho para a luta, solidificarem a unidade entre si e com os consumidores, eis as tarefas que se levantam aos trabalhadores da Panificação!

SINDICATO DOS PROFESSORES POR UMA AMPLA UNIDADE!

A desunião e a desmobilização em que a direcção actual lançou o Sindicato dos professores da Grande Lisboa, a política reacção da MEIC, o avanço de forças fascistas nas escolas e a vitória de correntes sindicais pró-capitalistas nas zonas do Norte e do Centro conferem às próximas eleições, a realizar em Maio, uma importância excepcional. Impõe-se a construção de um sindicato forte, actuando decididamente em defesa dos trabalhadores. E para isso é necessário que a futura direcção resulte da mobilização de todas as energias disponíveis — do empenhamento militante de todas as comissões sindicais que ainda asseguram um mínimo de vida sindical na base e de todos os professores que não se têm conformado com a estagnação, através de um processo aberto que não favoreça compromissos partidários e que não exclua à partida nenhuma força que se mostre receptiva à necessidade de enfrentar a gravidade da situação sindical.

O trabalho já desenvolvido neste sentido, ao longo de reuniões em variadas escolas, traduziu-se na publicação de um manifesto, assinado por dezenas de comissões sindicais. Esse manifesto considera «condição fundamental que eleitas próximas eleições seja uma Direcção que: — surja de uma frente ampla, o que exclui o aparecimen-

to de listas partidárias, por mais unitárias que se apresentem, e que só favoreceriam mais uma vez a divisão dos professores;

— não seja corria de transmissão de qualquer partido político;

— não esteja dependente do MEIC ou conluída com ele;

— seja formada a partir da base, com a participação dos elementos activos na defesa dos interesses dos professores e do Sindicato e discutida em assembleias e comissões sindicais.

As comissões sindicais signatárias consideram não só a discussão do problema das eleições nas assembleias sindicais mas também o lançamento de bases de uma proposta de acção sindical elaborada a partir dos Núcleos Sindicais de Base e aprovada em reuniões das respectivas comissões». Torna-se desnecessário justificar a oportunidade e a justiça do processo enunciado. Onde quer que trabalhe, seja ou não delegado sindical, qualquer que seja o nível a que possa desenvolver o seu esforço, todo o professor do MES deve empenhar-se a fundo neste projecto, de modo a transformar a sua vitória significativa sobre as forças pseudo-sindicais.

NÚCLEO DE PROFESSORES DO MES

PROVOCAÇÕES FASCISTAS

Nas duas últimas semanas, primeiro em Aveiro, depois em Lisboa, os agentes provocadores fascistas passaram a actuar abertamente.

Não se contentando já com a colocação e deflagração de bombas e petardos, com as ameaças do seu incremento mediante pública chantagem quer sobre os órgãos de poder quer judiciais, procuram por agora em movimento aquelas camadas da população que, pelo seu espírito e situação instável do ponto de vista da integração social, mais influenciáveis são pelos seus designios reacçãoários e provocatórios, de inspiração e ideologia claramente fascistas.

Assim, paralelamente ao incremento da propaganda política anticomunista e antipolular mais reacçãoária (chegando a atingir as raídas do semitismo racista, como no comício do Colégio de Galvão de Melo presidido com grande alarde provocatório, onde se chegou a afirmar que os refugiados é que são o verdadeiro povo de Portugal), devendo «eles» seguir o exemplo do povo israelita, que foi perseguido em todo o mundo mas hoje consegue, apenas com 4 milhões de habitantes, dominar 18 milhões — índice dos mais claros de uma ideologia fascista em gestação que busca o seu suporte de massas), assistimos agora

às acções de rua violentas por parte de adeptos dessa odiosa ideologia que encontra ampla cobertura nos jornais fascistas «A Rua», «O Retornado», «O Diabo», etc., e que achou também assento na própria Assembleia da República, por intermédio daquele líder provocador e deputado «independente» do CDS.

Os exemplos são numerosos, mas, para além da concentração em Lisboa, frente a S. Bento, dos retornados que se resolveram a ir apoiar o discurso daquele general na reserva (mas que a isso se não limitava, antes se inscrevendo nos propósitos mais gerais que vimos descrevendo), o mais frisante é o caso de Aveiro, onde uma jornada de solidariedade com os povos das ex-colónias foi boicotada e impedida de se realizar, tendo-se gerado e instigado a um clima de intimidação e de confronto violento de tipo racista, com os «Comunistas que eram apontados a dedo» fazendo o papel do negro e para evitá-lo não se viu

a rapidez policial com que os operários, nas suas greves ou outras formas massivas de luta, sabem já que terão de se haver.

Este o caso recente mais flagrante de um espírito que se está a procurar fazer despontar no nosso país, e a que o actual poder político, pela sua natureza, não sabe dar resposta (veja-se, por ex., as acções intimidatórias feitas por marginais sobre os trabalhadores tóxicos em greve no Norte do país, chegando a impedir a realização de plênários dos mesmos — tudo isto sem que qualquer intervenção das autoridades ou do Ministério do Trabalho tivesse lugar).

Compete aos revolucionários e aos verdadeiros antifascistas, às organizações e associações populares manterem-se firmes face a quaisquer provocações deste tipo, pois que quantas mais vezes elas forem bem sucedidas ou ficarem sem resposta, mais vezes elas ameaçarão de novo.



Cartoon illustrating the political situation and the role of the government.

MUP — O caso da vereadora da Câmara Municipal de Almada

Divergências táticas das organizações políticas que apoiem o M.U.P., e ainda dos «independentes», paralisaram a Comissão Nacional de Unidade Popular, e reflectem-se localmente em Almada, em torno da questão da vereadora eleita pelo M.U.P. — acto revelador de como o sectarismo pode enfraquecer e sabotar a Unidade Popular, favorecendo os seus adversários e impedindo que o M.U.P. seja a alternativa revolucionária para o Povo Trabalhador, no sentido da construção da Frente de Massas Antifascistas e Anticapitalista, forjada na Resistência Popular Activa contra o fascismo, contra a recuperação capitalista, contra o imperialismo, por um Governo de Independência Nacional.

Destes factos devem os revolucionários colher os ensinamentos, para que possam sempre lutar consequentemente contra as manobras partidárias de quem no seio do M.U.P., quiz primeiro fazer uma frente de partidos, e do s que agora pretendem fazer a frente de um partido, de quem favorece objectivamente a politica de falsa unidade da F.E.P.U.

MANOBRAS PARTIDÁRIAS E SECTARISMO DA U.D.P. e P.C.P. (R)

A questão da vereadora eleita pelo M.U.P. para a C.M. Almada, logo à partida se traduz por uma manobra partidária provocada por elementos afectos ao P.C.P. (R)/U.D.P., que envolve em última análise o M.U.P. no seu conjunto, e insere-se na tática desenvolvida por aquela organização, de colocar em «lugares chave» elementos afectos, e no prosseguimento das teses sobre organização defendidas pela mesma organização no Congresso de Unidade Popular.

O M.E.S., organização comunista, considera imprescindível que a Comissão Nacional de Unidade Popular tome uma posição face aos acontecimentos, e as notícias que têm vindo a público nos jornais diários e por último no Jornal de Almada, assim como face aos acontecimentos ocorridos na sessão pública da C.M. Almada de 4 de Março. Entretanto o M.E.S. lutará pelo não afastamento do M.U.P. de activistas que discordando com a decisão do plenário concelhio de Almada dos GDUP's (que deliberou expulsar a camarada Horténsia) continuam a acreditar nas bases programáticas da candidatura de unidade popular de Otelu, na alternativa revolucionária do M.U.P., definida pelo camarada geral como um amplo movimento capaz de congregar amplas camadas do nosso Povo, do Povo Trabalhador unido contra o Fascismo; do Povo Trabalhador unido pelo Socialismo!

Mas passemos aos factos:
Desde a dinamização que levou à criação da ARPCA (Associação dos Reformados e Pensionistas do Concelho de Almada), acção desenvolvida pelo GDUP de Almada, que a camarada Horténsia passou a ser activista do GDUP, vindo a fazer parte do seu secretariado, e tendo sido eleita por largo consenso delegada ao Congresso de Unidade Popular.

O seu trabalho, a sua permanente mobilização para a luta, o seu passado de lutadora antifascista, o seu prestígio no concelho, foram mais do que suficientes para provocar a aceitação do seu nome para cabeça de lista dos GDUP's à C.M. Almada. Não vinculada a organizações políticas, cumpria-se no Concelho de Almada a directiva da C.N.U.P., de co-

locar como cabeça de listas elementos apartidários e reconhecidos pelo Povo, directiva pela qual os comunistas do M.E.S. sempre se bateram.

Tendo sido eleita vereadora pelo M.U.P., não obtem a camarada Horténsia desde o início, das estruturas do M.U.P., o apoio necessário e a direcção politica por forma a dirigir e organizar uma correcta intervenção na Câmara. A esta falta de apoio, juntava-se a calúnia saída no jornal «Luta», de que os GDUP's pretendiam no concelho de Almada fazer alianças com o P.S. e P.P.D., no sentido de derrubar a FEPU. Calúnia inexplicavelmente utilizada pela Comissão Concelhia, para começar os ataques à camarada Horténsia. As críticas que lhe vêm posteriormente a ser feitas, são por demais contraditórias, perdendo a sua justeza por serem utilizadas por quem as faz, com objectivos partidários. É evidente que a camarada Horténsia cometeu erros, mas a sua responsabilidade em última análise cabe à própria Comissão Concelhia.

Preparando o campo de manobra, e a culminar esta primeira fase, convocou a Comissão Concelhia de Almada uma reunião alargada aos candidatos da Câmara Municipal e aos candidatos eleitos para a Assembleia Municipal. Manifestou nesta altura a camarada Horténsia vontade que estivesse presentes na reunião activistas do GDUP de Almada, sua estrutura de base. No entanto, a Concelhia considerando que o problema diz respeito apenas aos candidatos, não convocou oficialmente o GDUP de Almada, justificando a sua atitude pelo facto do problema ultrapassar o ambito do GDUP. Tentava-se assim resolver, por forte coacção psicologica, o problema «entre-muros» da Concelhia. Esta tentativa resultou um falhanço, dado que o nosso partido solicitou a presença na reunião dos camaradas da Comissão Nacional destacados para as Autarquias.

A REUNIÃO ALARGADA DA CONCELHIA DE ALMADA

Esteve presente apenas a camarada Luiz Moita. Estiveram também presentes nessa reunião, embora não convocados oficialmente, um camarada do Distrito de Setúbal, e elementos do G.D.U.P. de Almada. Em vez de críticas a uma camarada, sucederam-se ataques, chegando a um elemento a dizer que a camarada devia ser expulsada do M.U.P. Sob forte coacção psicologica, voltamos a frisar, a camarada Horténsia rebateu as críticas que lhe são feitas, podendo algumas considerar-se justas, nomeadamente a sua acção individualista, e o não ter uma noção correcta do que são as outras forças políticas representadas na Câmara.

A partir desta reunião alargada, considero o nosso partido, dada a maneira como estava a ser encaminhado o processo, que o problema transcendia o próprio ambito da concelhia e que se deveria colocar os interesses nacionais do M.U.P. à frente das posições da camarada Horténsia.

Durante o espaço de tempo que medeou esta reunião do plenário concelhio que se viria a realizar, aguardou a camarada Horténsia que a C.N.U.P. se pronunciasse sobre a questão. A inactividade da C.N.U.P. permitiu que o processo se viesse a ainda mais, chegando-se ao plenário com posições já definidas, não tendo este sido mais do que a rectificação formal

daquilo que a concelhia já tinha decidido, afirmando-se na própria convocação do plenário: a acção do elemento da lista dos G.D.U.P. eleito para a Câmara de Almada temido contra o programa que as Listas de Unidade Popular se comprometeram a defender». Chegou até a Comissão Concelhia a aconselhar a feitura de cartazes na base de afirmações destas... A grande maioria dos G.D.U.P.'s não cumpriram esta directiva...

O PLENÁRIO — PROVOCACOES AOS OBJECTIVOS DA UNIDADE POPULAR

Realize-se a 12 de Fevereiro o plenário, não tendo estado presente o camarada da C.N.U.P. destacado para o efeito.

Durante o plenário, desde a acção da mesa (apenas um dos camaradas da mesa se portou como tal), até às manobras de bastidor cozinhadas por controladores, passando por provocações ao nosso partido e por não deixar falar G.D.U.P.'s com posição contrária à da Comissão Concelhia, caso do G.D.U.P. de Cacilhas, tudo foi permitido. Apenas seis G.D.U.P.'s do Concelho tomaram posição. E desses seis apenas três foram a favor da demissão da vereadora eleita (Monte Caparica, Almada (1) e Travaria), e do G.D.U.P. do Laranjeiro tomou posição no próprio plenário, segundo o seu porta voz naquela altura, o G.D.U.P. das Barrocas não tinha posição definida, e ao de Cacilhas cortaram-lhe a palavra.

Ao plano partidário e pré-determinado da mesa, no sentido de afastar a camarada Horténsia da Câmara e expulsá-la do M.U.P., respondeu o nosso partido logo no início com uma declaração, afirmando que se opunha a qualquer mudança, que só favoreceria os adversários da Unidade Popular, e considerando ao mesmo tempo necessário levar à prática a directiva da C.N.U.P., de eleger novas Concelhias e Distritais do M.U.P. Os acontecimentos posteriores vieram confirmar a justeza da nossa posição.

A culminar este plenário, a proposta da Comissão Concelhia — que diziam geral: a camarada Horténsia deveria renunciar ao mandato, e no caso de não renunciar, desnecessários seriam as acções necessárias para que tal viesse a suceder — foi aprovada com 98 votos a favor, 8 contra e 1 abstenção (de um camarada da Comissão Concelhia). Os militantes comunistas do M.E.S. não votaram, de acordo com a declaração final do nosso partido, em que consideraram que o plenário não deveria ser deliberativo.

Acabada a votação, e mais uma vez sob forte coacção psicologica, foi perguntado à camarada Horténsia qual a sua posição, ao que a camarada respondeu que ia pensar. Perante a agarrada e as insistências, disse depois a camarada que não renunciava ao mandato, apelando mais uma vez para as instâncias superiores do M.U.P.

De salientar que o plenário consistiu ainda a directiva da C.N.U.P. para eleição de novas Concelhias e Distritais.

Após o plenário continuou a camarada Horténsia a aguardar uma decisão da C.N.U.P., até que em sessão pública da Câmara em 4 de Março, a Comissão Concelhia rompe, pretendendo nessa sessão pública

ler uma carta em que retirava o apoio à camarada Horténsia.

O APROVEITAMENTO O PORTUNISTA PELOS REFORMISTAS

Favorecendo objectivamente a politica da F.E.P.U. e do P.S., que oportunisticamente tomam a defesa da camarada Horténsia, a U.D.P./P.C.P. (R) permite que aquelas organizações retirem trunfos politicos da situação. O M.E.S., organização comunista, denuncia e oportunismo com que estas forças politicas tomam partido pela camarada Horténsia, e bater-se-á no sentido de não permitir que a camarada fique isolada na Câmara, à disposição dessas forças, que facilmente a utilizarão como instrumento para afirmar que o M.U.P. não é alternativa revolucionária para o povo trabalhador. E por este facto que o MES não pode deixar de criticar a camarada Horténsia, por se ter publicamente desvinculado do MUP, embora continue a defender o seu programa.

A POSIÇÃO DO M.E.S.

O MES considera que a inactividade da CNUP em relação a este caso, assim como as manobras partidárias do PCP (R)/UDP, provocaram rudes golpes na Unidade Popular, que só favoreceram os partidos que vêm no MUP o seu principal inimigo. Se a decisão da camarada Horténsia de se manter na Câmara, desvinculando-se do MUP, é contrária aos interesses do MUP, toda a coacção que a levou a esta tomada de posição é muito mais lesiva desses mesmos interesses.

O MES considera e reafirma a necessidade da CNUP se pronunciar sobre esta questão, levando em consideração que o isolamento da camarada Horténsia na Câmara é favorável às outras organizações politicas, e que por outro lado o seu afastamento provocará o abandono do MUP de activistas partidários, destacados militantes da primeira hora do Movimento de Unidade Popular, e abre o caminho para que se instale no seio do MUP o sectarismo e o esquerdismo pretensamente vanguardista.

As «possíveis divergências» entre organizações politicas no seio do MUP, são divergências de facto. Os comunistas do MES, combatendo pela Unidade Popular, jamais conciliarão com aqueles que fazem objectivamente o jogo dos partidos que querem destruir o MUP.

O MES diz claramente à UDP/PCP (R), que deve definitivamente escolher o caminho: ou aliar-se aos revolucionários, para organizar a grande maioria do nosso Povo no caminho do Poder Popular e do Socialismo, e na construção da direcção politica do proletariado, ou aliar-se aos grupos pseudo-revolucionários que no nosso país assumem o papel histórico de aliados da burguesia e como tal condenados a desaparecer.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA! VIVA O MUP! POR UM GOVERNO DE INDEPENDENCIA NACIONAL, PELO PODER POPULAR, PELO SOCIALISMO!

(1) O GDUP de ALMADA tomou posição numa segunda reunião que se fez para o efeito, em que dos cerca de 25 activistas reconhecidos, se encontravam presentes 15. Desleses 15, 10 votaram contra a camarada. 3 Votaram a favor e 2 não participaram na votação. Dos 10 activistas que votaram CONTÁ, apenas 5 têm conhecimento de que foi a pratica da camarada Horténsia no G.D.U.P. desde o início. Os outros 5 vieram para o G.D.U.P. de Almada, só depois das eleições para as autarquias.

EM TV ALEGRE um festival...

Pasmam-se as gentes, interrompe-se o trânsito, ocupa-se à força tempo de antena. Porquê? É o festival. Fazem-se traques de gala, laço aqui, seda acolí, compram-se sorrisos na feira das vaidades e nas secções de inúteis dos sabões de beleza. Porquê? É o festival. Sete-cantigas-sete, vejam que maravilha, ouçam a música, entorem-se com as palavras, derramem-se com os vestidos, espantem-se com a luz, glorifiquem os artistas, contem as lantejoulas, comentem os penteados. Porquê? É o festival pois então.

O que temos que ver com ele não me perguntem. Essas coisas também não se podem saber assim. Ao povo compete escancarar-se e receber, isto é, engulir. Depois democraticamente terá direito ao voto.

Hoje a tentativa de reincutir nos ouvidos do povo as cançõesinhas do nacional gárgarejo já é mais difícil, mais árdua, mais melindrosa. Vaidade, os estrategemas, os passos cautelosos e finalmente o choque. Que não o mata, que não pode ser máto porque a gente não deixa. Mas que é, todavia, perigoso.

Vejamós. A direita organiza-se dentro da RTP. A RTP organiza o seu festival. A direita infiltra-se hábilmente no festival da RTP. Pela mão arguta e ambiciosa de um senhor chamado Nuno Martins, que já foi Zip e hoje é um quadro, são chamados ao juri de selecção — que o público nunca soube quem era — alguns dos seus amigalhões onde por acaso, mas só por acaso de certo, não se vislumbra um antifascista, um indivíduo ligado à canção de intenção ou, sequer um sim-

ples escritor. São eles: Fernando Guerra, Fernando Almeida (locutor dos programas eleitorais do PPD) Rui Resurreição, e maestro José Calvário (festival terá ele ganho com este festival?)

Conhecem-nos? São nomes que não dizem muito às primelras como convém aos testas de ferro das grandes máquinas. São meninos de ouro que através do gárgarejo preparam a guilhotina nazi.

Nenhum texto de esquerda, mais ou menos dissimulado passou. A canção de fundo pelo grupo afecto ao PC foi a pior, na opinião dos próprios autores de todas aquelas que haviam apresentado.

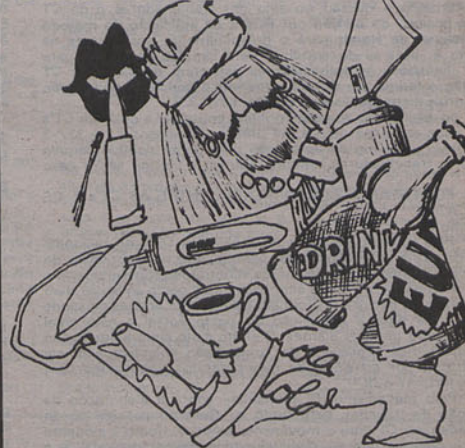
Qual a estratégia a adoptar perante este festival da burguesia envenenadora? Várias: — É estratégia de direita que a de concorrer em número e força para reganhar o tempo e o privilégio perdidos.

— A estratégia reformista que é a do que, apesar de tudo, não pode deixar o festival nas mãos da direita e por isso concorre, sujeitando-se a ser roubada, trunçada, gozada e oprimida para não ser suprimida.

— A posição revolucionária só pode ser a do apoio à verdadeira canção popular, repúdio pelas manobras que proliferam na sombra a coberto de uma capa democrática.

Não temos o festival que merecamos; temos o que passou às malhas que o Império (ainda) tece. Na peneira mais fina da miopia de direita. Bem apoiada pela politica de um secretário alegre que já fez rádio pirata, em Argel e hoje faz o contrário, nos Restaurações.

contradições ?



À noite, entre dois filmes americanos, a TV anuncia: «Merce GLO-CO; Com GLO-CO limpa mais e mais barato! Camilhões MOCOCROSS, os melhores da redondeza! MARTINI! bebida de qualidade. Bebá, bebá! MUNDOVISOR! Veja agora Sandokan, Heidi e outros a cores e o preço a preto e branco... TEMOS QUE VIVER COM AQUILO QUE TEMOS... NESCAFÉ pra quem gosta de café! A pasta medicinal COUTO é melhor que as outras todas!... NÃO COMPRES O QUE NÃO PRECISAS, POR MAIS BARATO QUE SEJA... Prefira o SKIP o único recomendado por não sei quantas máquinas de lavar! Truz catrupuz pum pum. As molucas caem todas com ZUM ZUM».

Desde há alguns dias que a TV do sr. pateta Alegre mete no meio da publicidade slogans que apelam a um consumo racional.

De facto este pequeno pomenor demonstra bem a inco-

rência da politica do actual governo, que se por um lado aposta na iniciativa privada, dando a oportunidade aos capitalistas de montarem negócios nem que seja para vendem trapas que não nos interessam para nada, assegurando-lhes a venda do produto através duma máquina publicitária da qual a TV é a base, por outro lado aplica às restrições dos gastos, e à poupança.

Afinal onde ficamos? Em politica não há meios termos, e o governo do sr. Mão das «liberdades» parece que mascara uma politica declaradamente de direita com umas ténues medidas de cor alaranjada. Estes apelos foram sentido, se de facto o socialismo fosse uma meta, e paralelamente muitas outras já tivessem sido tomadas.

Assim brincamos aos governos capitalistas, que querem à viva força passar por socialistas, em liberdade claro.

1.º ANIVERSÁRIO DA REP. ÁRABE SAHARIANA DEMOCRÁTICA

Um povo que se ergue contra o Imperialismo

O 1.º aniversário da RASD República Árabe Saariana Democrática — celebrado a 27 de Fevereiro em pleno deserto, veio mostrar a importância da luta que um povo pobre e ignorante, trava vitoriosamente contra um dos bastiões do imperialismo no continente africano.

Um dirigente do MES, o camarada Nuno Teotónio Pereira, integrado na delegação do MUP, participou nas comemorações, celebradas no meio do povo e ponto de encontro de movimentos revolucionários e forças progressistas que, através do mundo, lutam contra o imperialismo. (De notar a par da presença de países como o Vietname, a Coreia do Norte, a Argélia e a Líbia e de muitos partidos da esquerda europeia, a ausência das democracias populares de Leste e do PCP e do PS).

Importante pela sua posição estratégica e pelas riquezas do seu sub-solo, o Saará Ocidental a Espanha se viu obrigada a abandonar no decurso de um processo de descolonização inevitável, foi por este país partilhado entre Marrocos e Mauritânia, de acordo com um plano que tinha em vista o fortalecimento das posições imperialistas na região e o domínio das riquezas económicas do território.

Neste processo a monarquia reaccionária de Marrocos desempenha o papel de peão do imperialismo, preparando-se para assumir no Norte de África papel semelhante a aquele que o Zaire tem desempenhado na região central do continente africano.

Foi neste contexto que a Frente Polisário, que já tinha dirigido a luta contra o ocupante espanhol, assumiu por inteiro as suas responsabilidades históricas de vanguarda do povo saariano, proclamando a in-

dependência há um ano. A partir daí todo um povo, cujo destino outros pretendiam negociar nas suas costas, se levantou e organizou pela afirmação da sua dignidade nacional, lutando pela libertação do território, não dando descanso aos exércitos invasores.

As vitórias militares alcançadas pelas forças de libertação, que se traduzem no controlo de grande parte do território, no assalto constante às quarnições militares invasoras, acantonadas nas cidades e nas povoações mais importantes e nos ataques no interior dos próprios territórios de Marrocos e da Mauritânia, fortalecem no povo da Saará a consciência dos seus direitos e a determinação de não abrandar a luta até à independência completa.

UM POVO QUE SE ORGANIZA PARA A LUTA E FAZ A REVOLUÇÃO

Vários aspectos distinguem a luta do povo do Saará de outras lutas de libertação. Um deles é que uma grande parte da população — tanto nómadas do deserto como habitantes da cidade — se subtrai ao domínio dos invasores, refugiando-se em território argelino, onde vive em grandes acampamentos reproduzindo a geografia do próprio país, com as suas províncias e distritos. E ai, com todos sujeitos aos mesmos deveres e gozando de iguais direitos, fez-se uma completa

abolição de classes: pastores, camponeses, comerciantes, empregados de serviços, artífices, operários, intelectuais, partilham a mesma vida, participam na luta — anto os homens como mulheres — e organizam-se para a vida nova na pátria libertada.

Toda a população refugiada — muito mais de 100 mil pessoas — está organizada em células de 11 elementos, com um responsável político e o seu adjunto e mais os delegados aos comités específicos: ensino, sanidade, defesa, puericultura, comércio, economia, artesanato e movimento das mulheres. Os plênários (Congresso Populares de Base) reúnem-se pelo menos mensalmente, tomando decisões e elegendo o responsável administrativo do campo, sendo o responsável político nomeado pela Frente.

A GUERRA LEVADA AO TERRITÓRIO INIMIGO

Pela primeira vez na História a guerrilha é essencialmente motorizada. Assim, através das enormes extensões do deserto, a luta é levada muito para o interior dos territórios de Marrocos e da Mauritânia, obrigando as forças inimigas a uma grande dispersão e sujeitando-as a constantes ataques de surpresa. Foi assim que o anterior secretário-geral da Frente Polisário e presidente do Conselho da Revolução, Sulei El-Uali, foi morto em combate num ataque à própria capital

da Mauritânia, Nouatchok. Do mesmo modo, as forças de libertação para além de terem tornado impossível a exploração das ricas minas de Bou-Craá e o transporte do fosfato até à costa, cortaram também a via férrea que liga os jazigos de ferro da Mauritânia ao mar, impedindo assim o aproveitamento da única riqueza deste país.

Apesar do potencial bélico de Marrocos, amplamente reforçado pela França e pelos EUA, a situação militar é extremamente favorável às forças de libertação pelo que a RASD se empenha agora numa ofensiva diplomática destinada a esclarecer a opinião pública internacional e mobilizar para o apoio à sua causa os governos e partidos progressistas de todo o mundo. Na próxima cimeira extraordinária da OUA, a realizar em Abril, consagrada à discussão do problema do Saará, os regimes reaccionários e abertamente pró-imperialistas ficarão certamente isolados, pois a valiosa luta do povo saariano obrigará os hesitantes a reconhecer o seu direito à independência, condenando os invasores.

OALCANCE MUNDIAL DA LUTA DO POVO SAARIANO

É assim que, no momento em que o imperialismo tenta desesperadamente manter e até recuperar as suas posições no continente africano, a luta de libertação do Saará Ocidental está a alterar a correlação

de forças no noroeste de África, o que não deixará de ter repercussões ao nível de todo o continente e do Atlântico.

A eminente derrota militar e política de Marrocos — do qual a Mauritânia é apenas um satélite — e que arrastará muito provavelmente a queda do regime reaccionário de Hassan II, vai privar o imperialismo de um dos seus actuais bastiões, contribuindo para a consolidação dos regimes socialistas no norte de África.

A este respeito é extremamente significativa a viagem de Fidel de Castro para efectuar através de África e do Médio Oriente — Argélia, Líbia, Iemen do Sul, Somália, Etiópia, Tanzânia, Este cordão de países, governados por regimes progressistas a que se vai juntar o Saará Ocidental, constitui uma poderosa barreira anti-imperialista que, em ligação com Moçambique, Angola, Madagáscar e outros países, irá contribuir decisivamente para a queda dos regimes racistas da África Austral, apoiando as lutas do Zimbabwe, da Namíbia e do povo da África do Sul. Nesse dia, que não será alcançado senão através de grandes lutas, o imperialismo terá sofrido um gravíssimo golpe no seu sistema de dominação a nível mundial.

Por tudo isso a luta do heróico povo saariano não nos é indiferente. Ela está intimamente ligada à nossa própria luta, aos nossos avanços como aos nossos recuos, e à nossa certeza na vitória final.



LUTA ESTUDANTIL

AS TAREFAS DOS REVOLUCIONÁRIOS

O Executivo da Coordenadora Nacional do Sector Estudantil do M.E.S. emitiu um importante comunicado de análise da actual situação nas Escolas Superiores e das tarefas que aos revolucionários se colocam nesta fase de luta. Desse comunicado damos conhecimento aos leitores do PP integralmente.

Quando, após as grandes lutas do 1.º período contra o decreto-Cardia, o Movimento estudantil se encontrou na necessidade de dizer «sim ou não» à participação nas eleições para as Assembleias de Representantes, defendemos uma posição bem clara: «a posição dos revolucionários, a posição do M.E.S., é a que considera que, apesar de FORMALMENTE o decreto ir entrar, é possível (e devem-se canalizar todos os esforços nesse sentido) jogar através do decreto formal com um programa de luta abertamente anti-decreto, não deixando pôr em prática o seu conteúdo».

Críticos, assim, quer aqueles que pretendiam conciliar com o decreto, canalizando o M.E. para instituições anti-democráticas e «parlamentaristas», provocando a desmobilização e a capitulação, quer aqueles que recusavam toda e qualquer participação o que teria levado a dar «de bandeja» todas as Assembleias de Representantes às forças de direita e a deixar sem expressão eleitoral largos sectores da escola que, não estando com Cardia, ansiavam pelo seu mais rápido funcionamento.

A nossa perspectiva acabou por se impôr ao nível das forças revolucionárias e, as

sim, na base daquele programa, estivemos na origem de listas para a Ass. de Rep. que, em quase todas as faculdades do país, apareceram como os continuadores do processo de luta do 1.º período. Fizemo-lo na base das palavras-de-ordem — «pela defesa das conquistas», «unidade e luta pela gestão democrática», «unidade anti-fascista e anti-imperialista», etc.

Hoje, conhecidas que são as votações na maioria das escolas, é urgente tirar lições dos seus resultados, fazer um balanço — retirar ensinamentos para a prática futura.

A MAIORIA DOS ESTUDANTES VOTOU CONTRA A POLÍTICA DE CARDIA!

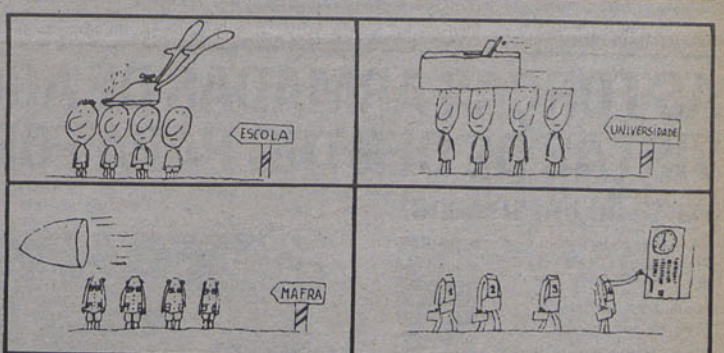
Apesar das forças progressistas e revolucionárias jogarem num «terreno» que era favorável aos sociais-democratas e à direita, em que lhes seria fácil, através de mais descarada demagogia de apelos à «ordem» e «paz» nas escolas, captar as camadas «oscilantes», as votações mostram a quem queira ver que a direita reaccionária (C.D.S., P.P.D., M.R.P.P., A.O.C.) saiu claramente batida destas eleições: mesmo juntando os votos da força «intermédia» que é a J.S., os resultados saíram equilibrados, existindo mesmo vitórias retumbantes das forças progressistas em escolas tão importantes como Económicas de Lisboa. Caiem, assim, por terra as acusações de Cardia de que os ataques à sua política eram obra da «clássica» minoria «esquerdista», apesar da propaganda que quase toda a imprensa fez das vitórias percentuais do P.P.D., «esquecendo-se» que a esquerda aparecia dividida (às vezes com 5 listas) e que se tratava do método de Hondt, interessando sim a soma de lugares na Assembleia de Representantes.

OS REVOLUCIONÁRIOS CONTINUAM A SER A PRINCIPAL FORÇA NO SEIO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PROGRESSISTA!

Esta é uma segunda importante lição a tirar. Aparecendo com um programa de acção abertamente anti-decreto, e de combate à política de Cardia, de unidade anti-fascista e anti-imperialista, os revolucionários jogavam numa situação difícil, em que fora necessário fazer recuos e o movimento estava desmobilizado. Estava aberto o caminho para que a intervenção reformista, conciliadora, politicamente recuada, — como a da U.E.C. — ganhasse terreno. No entanto, a correcção da nossa proposta confirmou-se e, se as listas promovidas pela U.E.C. obtiveram algumas importantes votações (Letras de Lisboa) o que é facto é que os revolucionários tiveram, face aos reformistas, larga superioridade de votos nas principais faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra.

MAS A DIREITA AVANÇA E ORGANIZA-SE NAS ESCOLAS!

Eis a terceira lição: a direita avança nas escolas! Se ontem actuava «encostando-se» aos grupos fanfanchos de tipo M.R.P.P./A.O.C., hoje aparece abertamente organizada no-



meadamente em torno da J.S.D. que retirou grande base de votantes à J.S. Se ontem os reaccionários apareciam como exteriores ao M.E. e ao M.A., hoje estão no seu próprio seio, hoje têm à sua base de apoio nas escolas e começam já a conquistar estruturas associativas.

Esta é uma lição que não podemos escamotear e da qual há que retirar largos ensinamentos!

AS TAREFAS IMEDIATAS DOS REVOLUCIONÁRIOS

O facto das forças progressistas terem ganho fortes posições nas Ass. de Rep. e, no seio delas, os revolucionários, e o facto da direita ir jogar organizadamente, levanta enormes responsabilidades aos estudantes eleitos por aquelas listas. Na A.R. esses delegados terão de defender intransigentemente (mesmo em minoria) o seu programa de luta e recusar os «jogos de cúpulo», de parlamento: tudo o que se passar na A.R. deve ser informado à escola, todas as posições de luta dos estudantes devem ser levadas, por esses delegados, à Assembleia de Representantes!

Estas eleições vieram pôr a claro que entrámos numa nova fase da vida das escolas. Os efeitos dum conjunto de medidas que visam levar o «25 de

Novembro» aos aparelhos escolares começam a fazer-se sentir. Para esta nova realidade temos de definir uma nova tática de luta. Duas perspectivas para já se impõem:

— se é verdade que temos de actuar no seio das A. de R., não devemos deixar canalizar exclusivamente para ela o M.E. e o M.A., deixando-nos «encurrular» numa instituição completamente deslocada das lutas concretas. Os estudantes e o seu movimento têm as suas estruturas próprias — Comissões de Turma e Curso, A.E.S., etc. — que há que manter e reforçar; se é verdade que temos de reforçar essas estruturas, temos de alterar o estilo «estereotipado» de intervenção feito à base de palavras-de-ordem de fases anteriores; temos de quebrar com o ultra-partidarismo do M.A. (que só serve à direita); temos de lançar um profundo trabalho cultural e ideológico, ligado à escola e às turmas, a partir de estruturas amplas e abertas!

É esta a única tática capaz de fazer face à nova situação, de dar um combate consequente à ideologia reaccionária e aos aparelhos e forças que a segregam. E esta é a única tática capaz de manter vivo o combate fundamental — CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS!

O SECTARISMO FAZ O JOGO DA DIREITA!

Neste mês de Março vão realizar-se a maioria das eleições associativas. Os resultados nas Ass. de R. não deixam margem para dúvidas — o sectarismo e a divisão no seio da esquerda darão a vitória aos reaccionários. Para o comprovar em Agronomia a U.E.C., sabendo-se minoritária, manteve a sua lista até ao fim acabando por dar a vitória ao P.P.D./C.D.S. sobre a lista promovida pela anterior direcção.

Nesta fase, a questão da unidade é uma questão decisiva! O M.E.S. defende uma posição bem clara: onde a divisão das forças progressistas permitia a vitória da direita, promoveremos listas de ampla unidade, com base em programas de luta, para derrotar o inimigo principal.

Se soubermos retirar da prática anterior os ensinamentos para a acção futura, caminharemos para novas vitórias!

A LUTA CONTINUA! CONTRA O AVANÇO DA DIREITA

— UNIDADE E LUTA CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS! — Executivo da COORDENADORA NACIONAL do Sector Estudantil do M.E.S. — Lisboa, 3 de Março de 1977

PROIBIDAS COMEMORAÇÕES DO 11 DE MARÇO

O seu significado continua a incomodar...

COMUNICADO DA COMISSÃO DE UNIDADE DOS EX-MILITARES CONTRA O FASCISMO

Depois de no passado dia 9, em conferência de Imprensa, esta Comissão ter convocado uma romagem de ex-militares ao monumento do camarada soldado Luis, assassinado pelos fascistas em 11 de Março de 1975, veio o comandante da Região Militar de Lisboa, general Vasco Lourenço, proibir a entrada no quartel aos numerosos ex-militares que, por imperativo de consciência, queriam prestar homenagem à memória do seu camarada.

Apesar disso, cerca das 12,30 os ex-militares dirigiram-se ao RALIS e, após contacto de um seu representante com o Comandante da Unidade, conseguiu-se que a coroa de cravos vermelhos, que sim-

bolizava a homenagem fosse depositada imediatamente por um soldado daquele quartel no monumento ao soldado Luis. Embora tenha sido arbitrariamente impedida aos ex-militares, muito nos honra que tenha sido um soldado o mandatário das nossas intenções. Logo de seguida, em frente ao RALIS, um ex-militar fez uma intervenção à população que aí se juntara, em que para além de invocar a memória do soldado Luis, manifestou a nossa determinação à luta contra a ameaça fascista. Também uma delegação da cooperativa agrícola soldado Luis tomou a palavra, para ler uma mensagem de solidariedade daqueles trabalhadores rurais.

No âmbito das comemorações da vitória popular do 11 de Março tinha também sido convocado um comício à noite no Teatro Vasco Santana. Na mesma linha do general Vasco Lourenço, também o Governador Civil de Lisboa proibiu esta realização antifascista que, com duvidosos argumentos não conseguiu esconder a intenção de fazer esquecer a vitória popular do 11 de Março, ao mesmo tempo que fecha os olhos a comícios fascistas presididos por Galvão de Melo.

A Comissão de Unidade de Ex-Militares contra o Fascismo afirma desde já que não admite que uma realização desta natureza seja proibida com base em argumentos formais. As au-

toridades, se quiserem, terão que a proibir com argumentos políticos.

Assim, esta comissão propõe-se realizar outro comício, cuja data e o local serão anunciados juntamente com outras medidas em estudo em conferência de Imprensa, para a qual os órgãos de informação serão oportunamente convocados.

11 de MARÇO — O FASCISMO NÃO PASSOU, O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

Lisboa, 11 de Março de 1977

A Comissão de Unidade de Ex-Militares Contra o Fascismo

Segundo o Governador Civil, a proibição do Comício resultou de uma «interpretação rigorosa» da lei que lhe foi expressamente aconselhada pelo «socialista» Ministro da Administração Interna.

Assim foi dito pelo sr. Governador aos promotores do Comício, que entregaram no púlpito da tarde do dia 9 de Março o requerimento para a realização do mesmo na noite do dia 11, que o prazo de dois dias úteis de antecedência não fora cumprido (1) e que portanto não o autorizava.

Dias depois da exibição do circo fascista de Galvão de Melo no Coliseu dos Recreios, com continuação em S. Bento, esta atitude dos órgãos do poder é significativa.

Desta forma o falso Governo Socialista vai aparecendo cada vez mais claramente aos olhos do povo como simples capataz dos seus patrões europeus e americanos, a quem o significado do 11 de Março continua a incomodar.

Com o 11 de Março, isto é, com o esmagamento do golpe spinolista e o arranque de uma nova fase do processo em que

o movimento popular impôs as suas mais importantes conquistas, o povo mostrou bem que o caminho do antifascismo passa pela luta contra os militares reacçãoários e golpistas e pela luta contra os patrões e latifundiários exploradores.

Nesta altura, em que os militares fascistas retomam as suas posições nos postos de comando das forças armadas; em que os «pides» e bombistas são libertados; em que se prepara o julgamento dos militares que em 25 de Abril lutaram pela libertação do povo explo-

rado; em que o regresso dos patrões e latifundiários se intensifica de dia para dia; em que o imperialismo ordena, e o seu capataz Soares executa, uma política de recuperação capitalista, tentando impor o pacto social da miséria e do desemprego; nesta altura, dizíamos, compreende-se que queiram fazer esquecer o 11 de Março e o seu significado.

Mas os trabalhadores sabrán forjar na luta a unidade e a organização que lhes permitirá mostrar que o 11 de Março continua bem presente nas suas memórias.

AS FORÇAS ARMADAS DE AGORA VISTAS DE DENTRO PARA FORA (carta de um soldado)

QUARTEL: Fábrica de guerra ladeada de muros e de armas farpadas, com cozinhas imundas, casernas frias e muitos quartos quentes para os oficiais permanentes.

Aqui onde a sirene comum foi substituída com requinte, pelos toques de clarim e os engenheiros, doutores, capatazes pelas «suas senhorias...» e as «suas excelências...», aqui até as ferramentas são diferentes e a única coisa que não foi substituída foram os operários, que continuam a ser os mesmos de rostos encovados e olhares angustiantes.

Nesta fábrica de guerra, escala obrigatória, pra quase todos, o horário é de 24 horas, e as malhas são tão apertadas, que muito dificilmente se escapa de qualquer desobediência.

Despidos de identidade, catalogados como animais, valem apenas um número e tudo nos é ocultado. Porém, nada nos é dado porque tudo nós já produzimos. Sempre obrigados, nos vemos agora a produzir uma nova mercadoria a acrescentar nos cofres do Estado: a «mais-valia» da manutenção da ordem vigente. Esta fábrica, que faz morrer de inveja qualquer capitalista, que de vê-la sonha com o decreto da lei marcial, p'ra todas as fábricas; é uma armadilha p'ra os mais desprevidos que se deixam levar p'las «Piscas» dos comandantes. E nas aulas de Religião e Moral doméstica-se aqueles que são mais rebeldes porque o capelão não é parvo e é especialista em varrer de



Temos que lançar para fora do país as botas que nos calcam

cérebros quaisquer vestígios do 25 d'Abril.

E de manhã, quando cedo formamos e nos vimos a pegar numa arma fria, como se de um martelo se tratasse, já tanto nos faz: assim ou assado, de macaco ou fardados, nem por isso deixamos de ser explorados.

Que cada soldado, que cada trabalhador fardado, nas inúmeras fábricas de guerra, não se esqueça, que a sua luta não morre à porta d'armas! **Temos que lançar p'ra fora do país as botas que nos calcam, sejam elas da tropa ou italianas como os burgueses usam agora.**

Nada de cobardias! Os generais e outros que tais têm os dias contados! Minar com o espírito de classe, o sustentáculo do poder da burguesia é uma tarefa de que os revolucionários têm de deitar a mão.

DEFENDAMOS PALMO A PALMO A REFORMA AGRÁRIA!

— aponta a Comissão Política do CC do MES

O dr. Soares teve o arrojo de afirmar na TV, no dia 28 de Fevereiro, que o «Ministro da Agricultura tinha salvo a Reforma Agrária». O chefe do Governo que conduz a mais descarada política de recuperação capitalista e de submissão ao imperialismo, justificando-a em nome da caminhada para o socialismo, ultrapassou com esta afirmação todas as marcas de insulto e provocação ao povo trabalhador, e em especial, ao povo trabalhador do Alentejo e Ribatejo.

Como ousa o dr. Soares fazer uma afirmação destas quando o Ministério de Barreto e Portas atenta cada dia mais encarniçadamente e com maior violência contra esta grande conquista popular, em obediência ao plano sabidamente traçado de a isolar e destruir?

Será salvar a Reforma Agrária conceder aos antigos latifundiários, ao abrigo do direito de reserva, terras que pertencem a cooperativas agrícolas ou a unidades colectivas de produção quando mais de um terço das terras expropriáveis ainda estão nas mãos dos agrários?

Será salvar a Reforma Agrária cortar o crédito agrícola de emergência às cooperativas agrícolas e às unidades colectivas de produção, incluindo aquelas que já conseguiram ter as contas em dia, e concedê-lo indiscriminadamente aos agrários?

A resposta a estas perguntas e a muitas mais que se poderiam fazer é bem conhecida dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores do Alentejo e Ribatejo. Os trabajado-

res sabem que a política de Soares, Barreto e Portas só poderá levar à destruição da Reforma Agrária e à recuperação do poder dos agrários.

A verdade é que a Reforma Agrária está em perigo e só poderá ser salva através da resistência popular activa à política do Governo do Dr. Soares e da luta por um Governo de independência nacional.

A ameaça que pesa sobre a Reforma Agrária não vem só dos ataques que contra ela conduzem Barreto e Portas. Vem também da vergonhosa política de cedências e compromissos que o P. C. P. pratica na sequência do pacto que assinou conjuntamente com o P. S. e o P. P. D. após o 25 de Novembro.

Fartos da política de cedências e do controleirismo an-

tidemocrático do P. C. P., muitos trabalhadores começaram a pretender retirar-se das U. C. P.'s e avançam na constituição de cooperativas. Oportunisticamente, o P. S. estimula esta actividade dos trabalhadores, através do MUC, para que as cooperativas criadas assumam carácter capitalista.

A Comissão Política do CC do MES alerta os trabalhadores rurais contra esta manobra do P. S. e afirma como sempre fez o MES, que a única forma de unir os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores e de garantir sua mobilização activa contra os ataques da burguesia é a formação de cooperativas agrícolas controladas directamente pelos trabalhadores e ligadas entre si por uniões de cooperativas.

editorial

Continuação da pág. 1

Esta é a política do partido de Mário Soares. Empenhado em negociar a «Cartilha» da recuperação capitalista nos sectores nacionalizados com o PPD, cedendo à CIP, à CAP e às exigências imperialistas, o partido de Governo aposta a sua sobrevivência na imposição do Pacto Social de miséria e exploração e na integração (como «parente pobre») na Europa capitalista, a quem Soares se oferece para «caixeiro viajante» para efeitos da política neo-colonialista que o imperialismo ambiciona para a África.

Uma política económica e social abertamente anti-operária e anti-popular «mal iria» se contemporizasse com os que querem dar combate à ameaça fascista e à intromissão imperialista na vida do nosso povo! O combate anti-fascista e anti-imperialista consequente é inseparável dum política incondicionalmente ao serviço da emancipação dos trabalhadores e da construção dum sociedade socialista. Quem não quer atacar a raiz do mal mais não pode que recetar paliativos. Assim é com as moções antifascistas que o PS aprova na Assembleia da República e mais não servem do que para enganar as dores de quem sofre a doença...

Mas esta é também a política do PCP. Quem cala consente, dizem uns. Ou o silêncio é de ouro, dirão outros. Mas, desta vez, ambos com razão! O silêncio dos revisionistas sobre o 11 de Março é, de facto, ouro para os inimigos do povo. O «lugar ao sol» que o PCP disputa tem o seu preço na conciliação com a recuperação capitalista e a ingerência imperialista e que o povo trabalhador começa a conhecer. Do 25 de Novembro à capitulação perante a «segunda reforma agrária» de Barreto, Portas e CAP vai uma longa trajectória de conciliação, desarme das massas e propagação de perigosas ilusões sobre quem são os amigos e inimigos do povo trabalhador. A sua denúncia deitamos ombros os revolucionários, na via da edificação da Resistência Popular Activa!

O terceiro ensinamento que devemos recolher é o de que a data gloriosa de 25 de Abril vai constituir nova e decisiva batalha pela Unidade Popular, contra o fascismo, o imperialismo e a recuperação capitalista. E porque?

A proibição do Comício do 11 de Março não foi alheia a vontade manifesta dos órgãos do poder político e militar em se apropriarem do 25 de Abril, retirando-lhe o significado de unidade, organização e luta dos trabalhadores, para o tomar bandeira sem força da recuperação burguesa e imperialista.

O movimento de unidade e combativa que a jornada do 11 de Março despoletou não vai parar. Sob a orientação firme dos revolucionários vai prosseguir e alargar-se, preparando um 25 de Abril sem lugar para as paradas militaristas ao sabor da velha clique colonial-fascista, mas sim o 25 de Abril da Unidade Popular!

A iniciativa na jornada do 25 de Abril cabe aos que o fizeram! No 25 de Abril só o povo trabalhador pode ser o protagonista das comemorações populares do derrube do regime colonial-fascista. Nisso se empenham os revolucionários e os anti-fascistas consequentes.